



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008501-98.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Nelson Luiz Gonçalves**
 Requerido: **IZABEL CRISTINA CIPRIANO GIANOTTI DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel da ré mediante pagamento mensal de R\$ 360,00, mas por ter ficado doente foi para a casa de seu irmão e posteriormente hospitalizado.

Alegou ainda que ao voltar, depois de três meses, constatou que a ré alugara o imóvel para outra pessoa, além de deixar para fora seus pertences pessoais.

A ré, em contrapartida, negou os fatos articulados pelo autor, salientando que não locou a ele o imóvel mencionado.

Ressalvou que soube que ele o ocupava sem o seu consentimento e depois de procurá-lo várias vezes o mesmo acabou por sair de lá.

Como as partes externaram o desinteresse pelo alargamento da dilação probatória (fl. 23), a imediata decisão da causa é de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Anoto que os fatos relatados a fl. 01 não contaram com o respaldo de um indício sequer no que se refere à relação locatícia invocada pelo autor e aos desdobramentos dela decorrentes.

Como a ré os refutou, era do autor o ônus de demonstrar o que no particular alegou, mas ele nada amealhou nesse sentido.

Significa dizer que não há amparo à ideia de que a ré tivesse perpetrado as condutas que lhe foram atribuídas e muito menos ato ilícito suscetível de causar dano moral ao autor.

Sua postulação a esse título não vinga, portanto.

Solução diversa aplica-se ao pedido para o autor retirar do imóvel bens de sua propriedade.

Sobre o tema, observo de um lado que certidão de fl. 12 dá conta de divergência entre as partes não sanada por elementos de convicção, mas de outro a própria ré em audiência admitiu que há ferramentas pertencentes ao autor naquele lugar.

Bem por isso, acolhe-se somente nessa parte a pretensão deduzida, para que se promova a devolução de tais ferramentas ao autor.

Já quanto ao pedido contraposto, igualmente carece de respaldo.

A ré em momento algum apresentou documentos que atestassem a falta de pagamento de água e energia elétrica por parte do autor no montante de R\$ 1.080,00, importância essa que não pode ter lugar na esteira do relato exordial porque se assim fosse se reconheceria a relação locatícia entre as partes, o que como ficou positivado é inviável.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para autorizar o autor a retirar do imóvel em apreço as ferramentas de sua propriedade que lá se encontram.

Como forma de evitar problemas, determino que se proceda tal como já determinado a fl. 07, item 1 (deverá ser expedido mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça que, após contato com as partes, irá acompanhá-las para que o autor retire as ferramentas que por acordo entre elas sejam do mesmo, lavrando-se auto circunstanciado).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 25 de outubro de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**